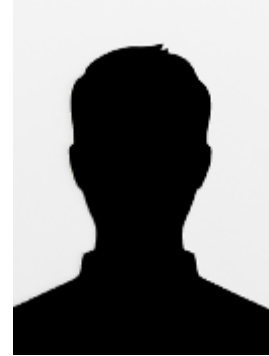


O Exército Português e o Apoio Britânico na Guerra Peninsular

Professor
Sérgio Veludo Coelho



Face às dificuldades que a Inglaterra atravessava em 1807, Napoleão acreditava que poderia desferir um golpe fatal no seu inimigo com uma vitória fácil e rápida sobre um alvo indirecto, além de que após o sucesso de Tilsit, necessitava de mais glórias militares para preservar o seu poder em França. Assim decide-se por atacar o elo mais fraco face ao Atlântico, pois o controle continental estava, aparentemente, assegurado. Após as conversações de Tilsit, era premente atingir a Inglaterra, mesmo que de forma indirecta e para isso escolheu-se Portugal. E existiam muitos pretextos para tal.

Portugal escusava-se a participar no Bloqueio Continental, havia deixado de pagar as indemnizações da guerra de 1801 e, na prática, continuava a permitir o reabastecimento de navios ingleses nos seus portos. Ainda que Portugal fosse uma potência, considerada de segunda ordem e detentora de um extenso império colonial, a sua situação económica e financeira era débil por se basear em meios artificiais de desenvolvimento. Assim, durante o século XVIII, o ouro, o açúcar e o tabaco do Brasil, que tinham sido a base do bem-estar económico e financeiro das classes aristocrática e burguesa de Portugal, estavam, nos inícios do século XIX, a sofrer uma forte concorrência das plantações francesas e inglesas das Antilhas e das plantações da América do Norte, agravando-se a situação pelo esgotamento do ouro do Brasil. Só o aumento do investimento no cultivo do algodão permitiria algum alívio, mas todos os retornos financeiros do comércio colonial nunca haviam sido aplicados no investimento do desenvolvimento agrícola e industrial da metrópole.

Dado que a Inglaterra comprava a quase totalidade da produção de vinho nacional, a única matéria exportável nacional, mas que na verdade estava, em parte, na posse de produtores e investidores britânicos, seria impensável para Portugal aderir ao Bloqueio Continental. Perderia o seu império e seria a ruína económica do país. Portugal tinha tudo a perder mas para Napoleão havia muito a ganhar. Os portos nacionais, sobretudo o de Lisboa, eram fundamentais para o tráfego comercial com o Atlântico Sul e ofereciam condições técnicas apreciáveis. A frota de guerra portuguesa estava intacta, embora com

alguns navios de linha a necessitar de reparações urgentes, mas poderia ser um bom complemento à delapidada frota de navios de linha da marinha francesa, quase toda perdida em Trafalgar. E fechando os portos portugueses Napoleão reduziria a Inglaterra à sua condição mais lata de ilha, isolando-a cada vez mais em relação ao continente. Dominando os portos portugueses partia-se do princípio que se dominaria o seu império colonial e respectivo comércio, fechando-o aos ingleses.

Napoleão não contava ter quaisquer problemas com uma campanha terrestre contra Portugal, já que contava com cumplicidade do governo espanhol liderado por Manuel Godoy, ávido com a ideia de anexar o vizinho, ainda que sem a totalidade do território, conforme se previa no Tratado de Fontainebleau. As informações enviadas para Paris davam também informações de que o Exército Português estava reduzido à sua expressão mínima, já que ainda não havia recuperado dos desaires de 1801 e mal tinha iniciado a sua reorganização, pensada em 1802, mas só implementada em 1806. Devido às titubeantes políticas do Conselho de Regência do Príncipe Regente D. João, que a todo o custo tentava não alinhar em nenhum dos lados do conflito, Napoleão e Talleyrand, seu ministro do Exterior não levavam o governo português a sério e consideravam que era altura de o pressionar no sentido de tomar uma decisão.

A 19 de Julho de 1807 o Imperador deu ordens a Talleyrand para informar o governo português que deveria encerrar os portos aos navios ingleses, detivesse todos os súbditos desta nacionalidade, lhes confiscassem os seus bens e lhes declarasse guerra (Esdaile, 2001: 13). Ameaçado tanto pela França como pela Espanha, Portugal estava, de facto, numa situação extremamente perigosa. O ultimato de Napoleão significava o desastre iminente, provando-se infrutíferas as políticas ambíguas do Conselho de Regência. No entanto qualquer adesão formal ao Bloqueio pressupunha um estado de guerra aberta com a Inglaterra, que já havia ocupado preventivamente a ilha da Madeira em 1805. Era, igualmente, impensável para Portugal lançar qualquer ataque preventivo ao território espanhol para tentar conter quaisquer avanços franceses, sabendo-se que a Espanha alinharia com a França, tal como fizera em 1801. Quaisquer operações militares que o Exército Português intentasse seriam defensivas, junto às fronteiras, ao longo das vias naturais e tendo sempre em mente defender Lisboa.

Os planos de modernização do Exército Português, iniciados em 1806, tinham tido uma aplicação errática e lenta e a verdade é que dos esperados 48.000 homens, só se podiam contabilizar nas fileiras cerca de 20.000 (Esdaile, 2001; 14). Esta situação levava a que Portugal não tivesse muitas opções. No governo continuava-se a acreditar que a única hipótese era, simultaneamente, uma conciliação com Napoleão e evitar, a todo o custo, uma ruptura com a Inglaterra. O ministro António de Araújo Azevedo tentou aplicar esta estratégia. Assim, enquanto se fazia comunicar a Napoleão que Portugal estava disposto a declarar guerra à Inglaterra e a encerrar os portos aos seus navios, Araújo recusava-se a deter os súbditos britânicos ou a confiscar os seus bens. O governo de Londres foi secretamente informado por Lisboa de que as hostilidades não passariam de actos formais e ao mesmo tempo pedia-se ajuda urgente para uma eventual defesa de Portugal e do seu império.

A Inglaterra tentava por todos os meios limitar o poder de Napoleão, fosse pela via directa do confronto militar, fosse pela via indirecta das influências e alianças estratégicas. Londres tinha objectivos para Península Ibérica que visavam defender os Braganças, em Portugal e restaurar os Bourbons em Espanha. Tal fazia parte de uma estratégia definida do governo inglês em manter laços com os tronos peninsulares, de modo a aceder livremente aos mercados dos respectivos impérios e a imensos benefícios comerciais, fundamentais para manter a estabilidade da economia e indústria em Inglaterra (Esdaile, 2001; 101). Mas tal não significava que estes objectivos fossem do acordo imediato das coroas peninsulares, sobretudo a espanhola, tão débil nas suas alianças com a França, que se viu substituída pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte. A coroa portuguesa, já retirada no Brasil, acede à abertura total do comércio da colónia, agora reino, aos negociantes ingleses e delega em mão inglesas, através da Regência, a condução das operações militares em solo português.

O governo britânico, face à necessidade de intervir directamente na Península, defrontou-se com um problema que era a escolha dos locais mais apropriados para fazer desembarcar corpos expedicionários. A Espanha, mesmo por parte das Juntas de Sevilha e Cádiz, não estava disposta a permitir desembarques de tropas inglesas, mas em finais de Junho de 1808 Portugal apresentava condições para a realização dessas operações.

No Verão de 1808 Portugal tinha sido profundamente afectado pela ocupação de Junot e pelas conseqüentes privações resultantes de uma economia literalmente parada, em parte devido ao grande número de trabalhadores rurais e urbanos no desemprego, depois de muitos dos seus senhores terem acompanhado a Regência para o Brasil (Esdaile, 2001:102). Entre 6 e 24 de Junho de 1808 várias províncias de Portugal sublevaram-se contra a ocupação francesa e com a formação das Juntas provisórias do governo do Reino, nomeadamente a do Porto, sob a direcção do Bispo do Porto, D. António de S. José de Castro, foram iniciados vários contactos com o governo inglês. Inicialmente, Portugal não se encontrava entre os objectivos prioritários do governo de Londres, sendo na altura Primeiro Ministro o Duque de Portland. A Espanha, era para este gabinete, o local de eleição para o desembarque de tropas, mas os espanhóis eram profundamente hostis à ideia de uma intervenção estrangeira na sua luta contra o trono de José Bonaparte. Com a Junta do Porto, a situação vai ser diferente, já que se pede formalmente ajuda à Inglaterra, e o próprio Regente acabará por garantir plena liberdade de acção aos ingleses em território nacional. Londres viu uma oportunidade de controlar o porto de Lisboa e neutralizar a frota russa do Almirante Dimitri Senyavin que se encontrava lá ancorada (Esdaile, 2001:105). Mas uma intervenção em Portugal não deixava de levantar problemas tácticos e logísticos. Uma parte dos problemas surgidos, antes de 1808, da cooperação Anglo-Lusa derivou da ineficiência do Conselho de Regência estabelecido pelo Príncipe Regente D. João e pela inexistente disponibilidade de abastecimentos e recursos militares em território português, o que colocava em causa a viabilidade do desembarque e permanência de tropas inglesas em Portugal para uma campanha militar de grandes proporções (Black Jr., 2005: 132).

Os problemas financeiros afectaram de forma contínua o esforço de guerra britânico em Portugal. Reconstruir e reorganizar o Exército Português, e também sustentar as tropas

inglesas destacadas para a defesa de Portugal, exigia um fluxo de largas somas de dinheiro. Inúmeros dilemas, por parte do Governo britânico, surgiram pela falta de um plano coerente inicial para o financiamento destes objectivos. Tal originou uma série de atrasos em receber os necessários equipamentos, abastecimentos, víveres e dinheiro para sustentar e pagar os soldos das tropas em campanha. Em 1808, antes da chegada definitiva de Sir Arthur Wellesley, futuro Duque de Wellington e de William Carr Beresford, o comando das forças britânicas em Portugal estava entregue ao General Craddock, que perante as dificuldades e os dilemas de manter as suas tropas em Portugal, tinha perfeita consciência que a apoio financeiro desempenhava um papel fundamental para o sucesso da campanha peninsular. Simultaneamente o diplomata Charles Villiers enviava constantes despachos para Londres requerendo crescentes apoios financeiros e materiais para Portugal, já que um dos maiores problemas com que se deparava qualquer tentativa de reorganizar as tropas portuguesas, como suporte das inglesas, era a já referida falta de materiais militares nos arsenais e fábricas nacionais (Black Jr., 2005: 158).

Wellington, em finais de 1809, tinha consciência de que a derrota austríaca de Wagram iria libertar o exército de Napoleão para uma nova investida contra Portugal, falhadas que haviam sido as invasões de Junot e Soult. A eminência de uma terceira invasão ao território português não era encarada da mesma forma por Wellington e pelo governo inglês do Duque de Portland e por sectores do próprio Parlamento britânico que consideravam a defesa de Portugal um desperdício de recursos, apesar de Junot e Soult terem sido expulsos para lá da fronteira portuguesa. A administração Portland hesitava em prover Wellington dos recursos de ele tanto necessitava para cumprir o essencial dos seus objectivos, manter operacionais as suas forças, reorganizar eficazmente as forças portuguesas de modo a integrá-las nas suas divisões e assim formar uma força de combate capaz de defender Portugal, numa perspectiva defensiva e se possível passar à ofensiva para dentro de território espanhol, se as circunstâncias o permitissem.

Para assegurar a defesa de Lisboa e a sua própria linha de retirada, Wellington também pedia recursos para levantar extensas linhas de fortificações e obras defensivas que impedissem a passagem de exércitos franceses pelo sector norte do acesso terrestre à capital e permitindo uma defesa escalonada de Lisboa (Esdaile, 2001:332). Mas a realização de um plano desta envergadura nunca seria fácil para Wellington. Necessitava, em primeiro lugar da total cooperação do Conselho de Regência português, mas tal ainda era toldado pela polémica em volta da Convenção de Sintra e pela implacável reorganização do exército português levada a cabo por William Carr Beresford, nomeado Marechal de Campo pelo Príncipe Regente D. João, mas que era visto com suspeita por muitas das autoridades portuguesas que temiam uma situação de estarem a trocar um ocupante por outro. A isto acrescia o mal-estar causado pela recusa do governo britânico em intrometer-se na questão de devolução do território português de Olivença, ocupado pela Espanha desde 1801 e entre as autoridades inglesa e portuguesa subsistiam outros pontos de discórdia como o tráfico de escravos, o livre comércio e os valores do subsídio inglês a Portugal, considerado baixo para que se pudesse reorganizar o exército e mobilizar 30.000 homens sem custos para a Coroa Portuguesa (Esdaile, 2001: 333).

Apesar de intrigas constantes da Princesa Carlota Joaquina, tendentes a uma anexação de Portugal pela Espanha e à reunificação de toda a América Latina, o Príncipe D. João persistiu em manter-se leal na sua aliança com os ingleses, situação amplamente reflectida na liberdade de acção dada a Beresford, sempre coadjuvado por D. Miguel Pereira Forjaz, ministro da Guerra. D. João chega a remodelar o Conselho de Regência, integrando o embaixador britânico Charles Stuart e mais um membro da poderosa família Sousa Coutinho, que já tinham representantes na Secretaria de Estado, um embaixador em Londres e outro na Junta de Cádiz. Até esta remodelação, a administração portuguesa tinha tido alguma liberdade em resistir à crescente influência inglesa e só toleravam a acção de Beresford porque, como já referido, D. Miguel Pereira Forjaz o apoiava com firmeza e trabalhavam bem em equipa. A situação do exército português requeria uma atenção alargada em termos de reorganização e reequipamento, com os consequentes custos, mas Wellington iria fazer todos os esforços para que as tropas portuguesas pudessem entrar em campanha, integradas nas divisões inglesas ou mesmo em brigadas independentes.

Quando Beresford chegou a Portugal, o exército português estava num estado lamentável, tanto pela impreparação que a reorganização de 1806 não lograra atingir como pelo golpe final dado pela desmobilização feita por Junot em 1807-1808. Os regimentos haviam tentado reagrupar-se, mas as melhores tropas haviam sido levadas para fora na Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão. Escasseavam as armas, muitas delas destruídas por ordem dos franceses, o Arsenal do Exército estava parado, não havia uniformes e calçado e as indústrias que apoiavam a logística militar tinham sido destruídas ou abandonadas pelos seus trabalhadores, em fuga das tropas napoleónicas. Tornava-se evidente que qualquer iniciativa de rearmar as tropas portuguesas teria que ser levada a cabo com a importação em massa de material inglês e só depois se poderia pensar em activar de novo os arsenais e trens nacionais.

O recrutamento foi lento e em condições adversas, pois continuava a existir muita deserção e muitos dos recrutados não queriam servir longe das suas terras. Os regimentos estavam muito dispersos pelo país e com os efectivos muito incompletos, muitas unidades estavam praticamente desarmadas, incluindo os regimentos de milícias. As brigadas de ordenanças tinham um muito escasso valor militar para operações regulares e teriam que ser canalizadas para outros tipos de contacto com o inimigo. O comissariado português era ineficaz e a capacidade de manter as tropas no terreno era quase nula. Os oficiais portugueses eram muito mal pagos, haviam envelhecido, muitos sem perspectivas de promoção e os jovens oficiais, recrutados após 1808 eram ainda muito inexperientes. Era este o cenário que William Carr Beresford teria que inverter rapidamente, pois Wellington necessitava de aumentar os efectivos das suas divisões em Portugal e sabia que não poderia contar com o apoio de tropas espanholas (Esdaile, 2001: 334).

Com a chegada de Wellington em Abril de 1809, este herdou do seu antecessor, Craddock, um conjunto de forças inglesas, estacionadas em território português, num estado de profundo endividamento. Em Maio, Wellington chegava à conclusão de que

uma soma de 300.000£ Esterlinas não seria suficiente para pagar as dívidas dos encargos operacionais nem tão pouco os soldos de dois meses das tropas inglesas. Sem dinheiro, Wellington não conseguia fazer sair do porto de Lisboa os abastecimentos e víveres para as tropas em operações no território português (Black Jr., 2005: 160).

Apesar destas dificuldades, Wellington confiava em Beresford para formar um novo exército português no sentido mais literal da palavra. Beresford lançou uma campanha para restaurar a moral nas fileiras portuguesas. O corpo de oficiais foi prontamente saneado, já que em quatro meses foram afastados dos serviços 215 oficiais e reformados outros 107. Foram impostas normas rígidas quanto à disciplina, limpeza dos materiais, higiene pessoal e ao cumprimento estrito dos regulamentos militares, desde oficiais até praças. Por outro lado foram proibidos os castigos degradantes e a violência gratuita e os abusos sobre os soldados. Beresford implementou programas intensivos de treino de quartel e de combate, manobras táticas, a combater à inglesa desdobrando-se em linhas. As ordens eram bilingues e as tropas portuguesas iriam parecer-se cada vez mais com os seus camaradas ingleses. Se por um lado se impôs uma aculturação das tradições militares portuguesas, por outro atingiram-se níveis de eficácia notáveis.

Neste processo foram fundamentais os oficiais e sargentos ingleses que entraram ao serviço do exército português. No início estes homens provieram das forças do antecessor de Wellington, o general Sir John Cradock e posteriormente foram complementados por elementos recrutados directamente na Inglaterra, atraídos pelo facto de terem uma promoção garantida no exército português: um major em serviço no exército britânico ao solicitar uma comissão de serviço no exército português passaria automaticamente ao posto de coronel com o respectivo soldo (Esdaile, 2001: 335). Estes homens, cerca de 350, foram distribuídos pelas unidades portuguesas, num ratio de três homens por batalhão. No entanto, Beresford foi suficientemente prudente para não permitir que os britânicos dominassem totalmente o exército português, que deveria manter-se como uma força nacional e não como uma força auxiliar. Autorizou que numerosos oficiais portugueses comandassem batalhões, regimentos e até brigadas, como o General Carlos Frederico Lecor, e todas as unidades portuguesas teriam comandos partilhados, ou seja, se comandadas por ingleses, os adjuntos teriam que ser portugueses e vice-versa.

Para melhorar as aparências perante o Conselho de Regência e o governo português, foram atribuídos comandos territoriais a generais portugueses e puderam-se formar brigadas portuguesas que não estavam integradas nas divisões inglesas. A intenção de todas estas acções era a de conseguir uma força operacional e homogénea, capaz de enfrentar com sucesso um inimigo muito superior em número, experiência e materiais. Materialmente a infantaria de linha portuguesa foi totalmente armada com mosquetes ingleses *Brown Bess*, o que permitia uma coerência logística eficaz, os batalhões de Caçadores, para além destes mosquetes, receberam carabinas estriadas *Baker*, para as companhias de atiradores. O parque de artilharia de campanha foi renovado com material inglês e deu-se uma atenção especial à selecção e formação dos artilheiros portugueses, muitos graças aos esforços do Tenente-Coronel Alexander Dickson.

Se os esforços de Beresford obtiveram um êxito relativo com a infantaria, a artilharia e a engenharia, nem todos os problemas foram resolvidos, pois nunca se conseguiu tornar a cavalaria portuguesa numa força eficaz, já que os regimentos e respectivos esquadrões jamais tiveram os efectivos de cavalos e remontas completos. Para além disso, os ingleses nunca definiram uma clara orientação táctica para a cavalaria portuguesa, que foi levada a actuar na maior parte das vezes como cavalaria ligeira, embora tivesse recebido enormes quantidades de espadas inglesas, de lâmina recta, do modelo de 1796, destinadas à cavalaria pesada, para além de carabinas e pistolas do padrão inglês. Um outro grande problema que se punha a Beresford era a gestão das forças dos regimentos de milícias e brigadas de ordenanças.

Durante os anos anteriores e até 1809, as ordenanças registaram inúmeros comportamentos truculentos e protagonizaram vários casos de séria indisciplina que culminaram no assassinio, em Braga, do General Bernardim Freire e no Porto, após a reconquista levada a cabo por Wellington a 12 de Maio de 1809, foi necessário deixar tropas regulares para manter a ordem na população e nas próprias ordenanças. Apesar da introdução de um novo sistema de recrutamento, o serviço militar era detestado e a deserção um flagelo constante, o que acabaria por levar ao aparecimento dos *press gangs*, o recrutamento forçado. Assim, entre Maio de 1809 e Outubro de 1810 de 23.885 homens recrutados para o exército tinham desertado 10.224 (Esdaile, 2001: 336).

A 9 de Janeiro de 1810, o Foreign Office comunicou ao ministro plenipotenciário em Lisboa, Charles Villiers, o envio de mais tropas britânicas para Portugal assim como o aumento de fundos para o Exército Português. O efectivo britânico aumentou para os 30.000 homens e a ajuda a Portugal ascendeu a 960.000£, baseado num ratio de 320.000£ por cada 10.000 soldados a mobilizar pelo Conselho da Regência, planeando-se alcançar naquele ano um efectivo de 1ª linha de 60.000 homens, entre portugueses e ingleses, no Exército Anglo-Luso comandado por Wellington (Black Jr., 2005: 163).

A mudança de atitude relativamente a Portugal, levou a que de uma carga de 40.000 espingardas destinadas a Espanha, se desviassem imediatamente 10.000 para Portugal, criando um padrão que se repetiria muitas vezes, significando um aumento do investimento inglês para Portugal, em detrimento da Espanha (Black Jr., 2005: 170).

Esta evolução é significativa já que em 1808, a Inglaterra tinha enviado para a Península Ibérica a soma total de 2.325.000£, das quais só 140.156 vieram para Portugal. Mas em 1809 a Espanha recebeu 473.919£ e a parte de Portugal subiu para 539.369£. Em 1810 a ajuda britânica para Portugal triplicou, significando um valor de 1.986.000£, cabendo à Espanha a soma de apenas 557.952£ (Black Jr., 2005: 172).

Wellington lutava numa guerra de duas frentes, não só contra os franceses mas também contra os seus adversários políticos, em Londres, que questionavam, incessantemente, os pedidos para o aumento do subsídio português, o que obrigava Wellington a contra-argumentar em longos memorandos enviados para Londres e a apelar constantemente ao seu irmão Richard para manobrar politicamente a seu favor, sobretudo no Parlamento (Moon, 2005: 2).

Em Março de 1809, Wellington escreveu um longo memorando para o governo britânico em que sublinhava a importância de Lisboa em desfavor de Cádiz como chave estratégica para ganhar qualquer campanha militar na Península. Para Wellington, Portugal era, claramente, um território defensável e que qualquer invasão do seu território obrigaria os franceses a empregar pelo menos 100.000 homens. Mas para garantir qualquer sucesso militar na Península Wellington defendia a imediata reorganização do Exército Português com forças de 1ª linha num efectivo de 30.000 homens e uma milícia de 40.000 soldados, calculando os custos de tal empresa em cerca de 1.000.000£ (Moon, 2005: 30).

Pouco depois da sua ascensão ao comando das forças anglo-lusas na Península, Wellington começou a requerer mais assistência financeira para Portugal. A 5 de Maio de 1809, Wellington dá conta a William Huskisson, um activo membro do Parlamento, antigo membro do Governo e sobretudo um reputado financeiro, de que em vez das 400.000£ prometidas pelo governo inglês para o subsídio a Portugal, só havia recebido 100.000£ e dessas, a maior parte, vinham em moeda espanhola e não em moeda portuguesa de ouro ou prata o que obrigava a um moroso processo de câmbios. Wellington acabou por enviar a maior parte do dinheiro para Cádiz, ficando unicamente com 10.000£ o que era manifestamente insuficiente para a manutenção das suas próprias tropas (Moon, 2005: 40).

Wellington deixou bem claro, nas suas cartas e despachos, que o seu orçamento exigia 200.000£ por mês para sustentar o seu exército, tanto o contingente britânico como as emergentes forças portuguesas. Desta verba Wellington calculava que 50.000£ seriam destinadas para o pagamento das tropas inglesas e o remanescente seria canalizado para a reorganização do Exército Português e para a aquisição de géneros e víveres aos comerciantes portugueses, conforme os acordos feitos com o Conselho de Regência.

O rápido desenvolvimento da situação militar e política na Península, enfrentando sucessivas investidas francesas a território nacional, levaria Wellington calcular uma necessidade de 2.500.000£, por ano, para o subsídio português (Moon, 2005: 40). Contudo, a situação financeira de Wellington continuava indefinida pelos sucessivos atrasos na chegada nas remessas de dinheiro de Londres. Conforme aumentavam as dívidas, Wellington recorreu a vários expedientes como os ricos comerciantes de vinho do Porto, a quem impôs um empréstimo financeiro para a aquisição e o abastecimento de víveres para as tropas. Contudo, o Conselho de Regência, em Lisboa, recebeu várias queixas desses comerciantes, alegando que teriam sido forçados a realizar os referidos empréstimos. Wellington defendeu-se, alegando que o empréstimo de *somente* 10.000£, era apenas temporário e que o Porto, para além disso, tinha uma *dívida de gratidão* para com ele, após a entrada na cidade a 12 de Maio de 1809, o que ainda assim não apaziguou os ânimos (Moon, 2005: 41). Wellington, na sua correspondência para Huskisson, admitiria que as suas dívidas aos comerciantes portugueses já atingiam o montante de 300.000£ e que continuava a crescer. E o que mais o preocupava era que as forças inglesas estavam sem receber os soldos, situação potencialmente perigosa para a estabilidade dos contingentes em operações. Os soldados começavam a recorrer à

pilhagem e ao roubo de gado, não para consumo, mas sim para voltar a revendê-lo aos antigos proprietários. Isto abalava profundamente a confiança do povo português nas forças britânicas (Moon, 2005: 42).

No final de 1809 tornou-se claro que Portugal teria que ter um aumento dos subsídios ingleses, de forma a manter um papel activo na defesa e participação dos teatros de operações no seu território. Os 20.000 soldados portugueses que o governo inglês havia prometido financiar, contra os iniciais 30.000 que Wellington pretendia, não compreendiam nem metade do que se esperava que fosse o Exército Português no final do processo de reorganização e nem o financiamento cobria metade das despesas para unicamente 20.000 homens. Para além disto era esperado que os custos aumentassem ao trazer o Exército Português para a plena eficiência operacional, o que se calculava que implicasse uma despesa adicional de 130.000£ para os vencimentos dos oficiais portugueses e para os regimentos de milícias, cerca de 40.000 homens, que eram fundamentais para os serviços de guarnição, deixando as tropas de 1ª linha disponíveis para as campanhas. Tendo em conta as dificuldades financeiras do estado Português, Wellington recomendava ao ministro, Lord Liverpool, que em acréscimo às 130.000£, se acrescentasse a verba de 300.000£ para a construção de depósitos de abastecimentos e arsenais, ou em alternativa 250.000£ para a mobilização, treino e equipamento de mais 10.000 soldados portugueses. No total e com outras despesas de logística e manutenção das suas próprias tropas, Wellington solicitava a soma de 980.000£ para o apoio a Portugal, entre os fins de 1809 e inícios de 1810. Um dos argumentos usados por Wellington para a justificação do aumento do apoio a Portugal era o facto de que a transferência do comércio brasileiro para o controle inglês havia reduzido substancialmente os lucros das alfândegas portuguesas e enriquecido em larga escala os comerciantes ingleses e o Tesouro britânico (Moon, 2005: 61).

Quando a Inglaterra concordou em financiar e apoiar a reorganização do Exército Português, de início, foi acordado que esse apoio se dirigiria a determinadas unidades ou regimentos específicos. No entanto este acordo não passou do papel, já que os fundos financeiros e o apoio material foram distribuídos sem quaisquer diferenciações. Os custos para reorganizar o Exército Português haviam sido calculados por baixo, quando só ainda tinham sido mobilizados 17.000 soldados portugueses e não os 30.000 pretendidos. Assim, a estimativa de Wellington era baixa e pela metade do que era realmente necessário para pôr 30.000 soldados em estado operacional. D. Miguel Pereira Forjaz, apercebendo-se do erro de Wellington, pressionou o ministro plenipotenciário britânico em Lisboa, Charles Villiers, e o embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, para a concessão de um novo empréstimo que consistiria no adiantamento de 350.000£ através de vários acordos e negócios com o Comissariado britânico. Wellington rejeitou esta proposta devido à sua própria escassez de fundos para sustentar as tropas inglesas na Península, considerando prioritário a concessão e aumento do subsídio geral e não um empréstimo parcelar destinado unicamente ao governo português. Em Março de 1810, o Conselho de Regência voltou a requerer um empréstimo, desta vez no montante de 2.000.000£. Mas tal foi igualmente rejeitado, desta vez pelo próprio governo britânico, já que preferiam dar verbas em forma de subsídios a Portugal do que empréstimos. Os subsídios eram entregues directamente e

muito mais controlados pelos ingleses, por via da estrutura de comando de Wellington e Beresford e também do Comissariado inglês, do que os empréstimos cujos fundos transitavam pelas vias bancárias directamente para as mãos do Conselho de Regência português, de quem os britânicos desconfiavam fortemente, por práticas de má gestão e corrupção (Moon, 2005: 61-62). Porém, existiam ainda mais razões para a relutância de Londres em conceder mais apoios a Portugal, nos inícios de 1810. A Inglaterra investiu fortemente numa expedição, em 1809, a Walcheren, na Holanda, que redundou num fracasso das suas tropas na tentativa de destruir a frota francesa no rio Scheldt, capturar Antuérpia e aliviar a pressão francesa sobre os austríacos. Sem quaisquer mais-valias estratégicas alcançadas, a Inglaterra perdeu 7.000 soldados e gastou 20.000.000£, ocasionando uma séria falta de ouro e prata no Banco de Inglaterra. Por outro lado, o embargo de Napoleão aos produtos e importações inglesas na Europa ocupada, forçaram os britânicos a procurar alternativas nos mercados americanos, como o brasileiro. Para além de todos estes factores, existia uma forte oposição parlamentar ao envio de fundos financeiros para Wellington e para Portugal. Com a vitória francesa de Wagram e na antecipação de uma invasão em larga escala do território português, muitos políticos, em Londres, pensavam e afirmavam que tanto dinheiro a ser enviado a Wellington seria um enorme desperdício, no caso de uma derrota anglo-portuguesa (Moon, 2005: 62).

Apesar desta série de obstáculos, Lord Liverpool, após uma votação tangencial no Parlamento Inglês, concedeu a Wellington a soma de 980.000£ para os 30.000 soldados portugueses, de que se subtraíam as verbas de 100.000£ para os oficiais ingleses ao serviço da Coroa portuguesa e 130.000£ para os oficiais portugueses, muitos deles em fase de formação e treino. Lord Liverpool prometeu a Wellington mais 300.000£ para cobrir as despesas das tropas inglesas em Portugal (Moon, 2005: 63).

Apesar das tentativas de Wellington em assegurar a vinda de mais fundos, sob a forma de subsídio, o governo português, através de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro da Guerra, também fazia sentir ao governo inglês que estas verbas não eram suficientes. O Conselho de Regência continuava a pretender a soma de, agora, 2.190.000£ para a organização de um efectivo de 50.000 homens de 1ª linha e 40.000 para as milícias no âmbito da reorganização do Exército Português.

Wellington e Beresford não eram insensíveis a estas situações, tanto mais que eram evidentes os esforços feitos com o exército português, depois dos sucessos do Buçaco e Linhas de Torres e pelos excelentes resultados do trabalho de reorganização das fileiras portuguesas. Tendo em conta a situação em Espanha e que o seu exército anglo-luso tinha agora a capacidade de passar de força defensiva a ofensiva, podendo atacar os Franceses em território espanhol, Wellington viu que era realista e necessário o aumento dos efectivos portugueses para 50.000 homens nas unidades de 1ª linha, outros tantos na milícia e mais de 100.000 homens nas brigadas de ordenanças, estes para guarnecer o território. Durante a 3ª Invasão Francesa, e ainda antes da retirada de Massena, Lord Liverpool queixava-se de que Wellington gastava enormes somas financeiras nos teatros de operações da Península. Como já dito, Wellington passara a uma postura ofensiva e pretendia atrair os espanhóis para o seu lado, sem no entanto comprometer a integridade das suas próprias forças. Comparando as campanhas de 1808 e 1809 em que o governo

britânico gastara verbas totais de 2.600.000£ e 2.700.000£, respectivamente, a campanha de 1810-1811 alcançara a verba de 9.200.000£, abarcando todas as despesas com as tropas inglesas, portuguesas e espanholas (Moon, 2005: 78).

No final de Janeiro de 1811, Wellington defendia firmemente o aumento para 1.000.000£ do subsídio anual fixo para o Exército Português, de modo a garantir o aumento permanente de 30.000 para 50.000 homens das tropas regulares portuguesas, muito acima do seu projecto inicial de 1809. Por outro lado Wellington deixava transparecer que o Conselho de Regência não se estava a esforçar o suficiente para mobilizar os seus próprios recursos e que a corrupção no governo português não permitia que as verbas chegassem às pagadorias das tropas, o que se agravava com uma antiquada e ineficiente estrutura logística do comissariado português. Wellington chegou a comunicar ao seu irmão, Richard, que como consequências destes abusos existiriam de 12.000 a 14.000 soldados portugueses em risco de passar fome (Moon, 2005: 91-92). Como já referido, ao contrário de que acontecia com os empréstimos, Wellington controlava as verbas que chegavam a Portugal como subsídios e utilizava esta situação como meio de pressão para obrigar D. Miguel Pereira Forjaz a reformar e reestruturar o comissariado do exército português. Só com as sucessivas vitórias do exército anglo-luso, já em território espanhol, Wellington logrou nova confiança do governo britânico e o subsídio anual para Portugal foi aumentado de 1.000.000£ para 2.000.000£, mantendo-se até ao final das campanhas onde o exército português esteve envolvido, em 1814 (Moon, 2005: 93).

Bibliografia

- AMARAL, Manuel. (2005). *A Guerra Peninsular Novas Interpretações - Da Europa dividida à União Europeia*. Lisboa: Tribuna da História.
- BLACK Jr. Frederick H. (2005). *Diplomatic Struggles: British Support in Spain and Portugal, 1800-1816*. Florida: The Florida State University.
- Colleção systematica das Ordens do Exercito entre 1809-1859*. (1860). Lisboa: s/ed., 1860.
- DE LA FUENTE, Francisco Arturo (1980). *Dom Miguel Pereira Forjaz: His Early Career and Role in the mobilization and defense of Portugal during the Peninsular War, 1807-1814*. (PhD.) Florida State University: Florida
- ESDAILE, Charles. (2001). *La Guerra de Independencia - una nueva Historia*. Barcelona: Crítica Ediciones.
- MOON, Joshua, L.(2005). *Wellington's two front war, The Peninsula Campaigns, 1808-1814*. Florida: The Florida State University.
- REGALADO, Jaime A. (1997). *Da pederneira à percussão*. Lisboa: Boletim da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas. 31 a 50.
- RUBIM, Nuno José Varela (1985). *Artilharia Histórica Portuguesa, fabricada em Portugal*. Lisboa: Edição do Museu Militar de Lisboa.
- SANCHEZ, Rafael Torres. (2006). *Possibilities and Limits-Testing in the Military fiscal State in the Anglo-Spanish War of 1779-1783*. Facultad de Ciências Económicas y Empresariales. Universidad de Navarra.

* Assistente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.